



Processo Administrativo nº 14.887/2026

Processo de Compra nº 492/2026

Dispensa de licitação fundamentada pelo artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021

A Prefeitura Municipal de Indaiatuba, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 44.733.608/0001-09, com sede a Avenida Engº. Fábio Roberto Barnabé, nº 2800, Jd. Esplanada, Cep 13.331-900, Indaiatuba – S.P., por intermédio do Departamento de Compras, torna público que realizará chamada pública, com critério de julgamento **menor preço**, nos termos do Artigo nº 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, Plano de Contratação Anual (PCA) – 2026, publicado na Imprensa Oficial do Município em 28 de novembro de 2025 – Edição nº 3451 e disponibilizado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) em 18 de novembro de 2025 – Código nº 8971, Portaria PGM (Procuradoria Geral do município) nº 2/2025, Decreto Municipal nº 15.456/2025 e demais exigências estabelecidas neste Edital, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a proposta mais vantajosa, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

Período para Apresentação das Propostas: Das 09:00h do dia 08/06/2026 às 08:59h do dia 11/06/2026

Dotação Orçamentária: 01.16.01.06.1811017.2001.4.4.90.52

1. – Objeto da Contratação Direta:

1.1 – O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para contratação por dispensa de licitação para **Aquisição de carroceria especial e kit de combate a incêndio para veículo utilizado pela Defesa Civil**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste aviso de contratação direta e seus anexos.

1.2 – A contratação será dividida em itens/lotos ou ocorrerá em item/lote único.

1.2.1 – Havendo mais de um item ou lote, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.



1.3 – O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos quanto às especificações do objeto.

2. – Participação na Dispensa

2.1 – A participação na presente dispensa se dará mediante a utilização do Sistema de Compras da Prefeitura Municipal de Indaiatuba, com acesso disponibilizado exclusivamente no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

2.1.1 – O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no sistema de dispensa, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido de senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2 – Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

2.2.1 – Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2 – Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3 – Que se enquadrem nas vedações do artigo 14 da Lei nº 14.133/2021

2.2.4 – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

2.3 – Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao artigo 16 da Lei nº 14.133/2021.

3. – Da Proposta de Preço

3.1 – A presente chamada pública ficará aberta por um período de 3 (três) dias úteis, a partir das 09:00h do 1º dia útil subsequente à data de divulgação, sendo encerrada automaticamente após o período indicado, e selecionada a(s) proposta(s) mais vantajosa(s).

3.2 – Não haverá etapa exclusiva para lances.

3.3 – O fornecedor interessado encaminhará, exclusivamente por meio do sistema de compras da Prefeitura Municipal de Indaiatuba, com acesso exclusivo via Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), a proposta com a descrição do objeto ofertado e a marca



do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e horário estabelecidos para o fim de recebimento das propostas.

3.4 – Não serão aceitas propostas por quaisquer outros meios.

3.5 – O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior em relação ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

3.6 – Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.7 – Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no objeto desta dispensa de licitação.

3.7.1 – Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor.

3.8 – A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, Projeto Básico ou Projeto Executivo, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4. – Julgamento das Propostas

4.1 – Encerrado o período de encaminhamento das propostas, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para contratação.

4.2 – As propostas que não estiverem em consonância com as exigências deste Edital, serão desconsideradas julgando-se pela desclassificação.

4.3 – No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

4.4 – Havendo valores iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5 – Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor valor registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.6 – Imediatamente após o término do prazo estabelecido, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos valores pelo sistema, em ordem crescente de classificação.



4.7 – Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta adequada.

5. – Habilitação

5.1. – Quando comunicado, via e-mail, será concedido ao fornecedor(es) de melhor(es) oferta(s), o prazo de 24 (Vinte e quatro) horas úteis, contadas a partir do encaminhamento do e-mail, para apresentação dos documentos de habilitação.

5.1.2 – Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste aviso de contratação direta.

5.1.3 – É dever do fornecedor atualizar previamente os documentos para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

5.1.4 – O descumprimento do subitem acima implicará na inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

5.1.5 – Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste aviso de contratação direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação, sob pena de inabilitação.

5.1.6 – Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, será examinada a proposta subsequente e assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

5.1.7 – A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

5.1.8 – Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

6. – Dos Documentos:

6.1 – Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – Cartão CNPJ;

6.2 – Contrato Social em Vigor (Consolidado), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; exigindo-se, no caso de sociedade por ações, documentos de



eleição de seus administradores; Estatuto Social devidamente registrado acompanhado a última eleição de seus dirigentes devidamente registrados em se tratando de sociedades civis com ou sem fins lucrativos. Quando se tratar de empresa pública será apresentado cópia das leis que a instituiu, Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – MEI;

6.3 – Certidão Negativa de débitos relativos a tributos federais e à Dívida Ativa da União;

6.4 – Certidão Negativa de débitos do Município Sede da empresa (CND Municipal);

6.5 – Certidão de Regularidade junto à Secretaria de Estado da Fazenda Pública Estadual;

6.6 – Certidão Negativa de débitos junto ao FGTS;

6.7 – Certidão Negativa de débitos Trabalhistas (CNDT);

6.8 – Cópia da Cédula de Identidade dos sócios da empresa ou do representante da entidade (RG);

6.9 – Atestado de Capacidade Técnica;

6.10 – E demais documentos constantes no Termo de Referência, se houver.

7. – Do pagamento

7.1 – O pagamento ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis, mediante apresentação da nota fiscal e atesto do setor competente.

7.2 – A inadimplência da Contratada com relação aos encargos sociais, trabalhistas, fiscais e comerciais ou indenizações não transfere à Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratado, de acordo com o artigo 121, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021.

8. – Das Disposições Gerais:

8.1 – Poderá a Prefeitura revogar a presente dispensa, no todo ou parcialmente, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente.

8.2 – A prefeitura deverá anular a presente dispensa, no todo ou parcialmente, sempre que houver ilegalidade, de ofício ou por provocação.

8.3 – A anulação do procedimento de dispensa pública, não gera direito à indenização.

8.4 – O procedimento será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

8.5 – No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:



- 8.5.1** – Republicar o presente aviso com uma nova data;
- 8.5.2** – Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas;
- 8.5.3** – Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
- 8.6** – As providências dos subitens 8.5.1 e 8.5.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).
- 8.7** – Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste neste aviso de contratação direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
- 8.8** – Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens encaminhadas pela Administração ou de sua desconexão.
- 8.9** – Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento observarão o horário de Brasília – DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e documentação relativa ao procedimento.
- 8.10** – No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, nos termos do art. 12, III e art. 64, da Lei nº 14.133/21.

9. – Do local de entrega

- 9.1** – Os produtos e/ou serviços, objeto deste termo, deverão ser entregues no local indicado na ordem de fornecimento, no município de Indaiatuba - SP.
- 9.2** – Será de responsabilidade da contratada todos os tributos incidentes ou que venham a incidir sobre os serviços ou encargos sociais, inclusive, despesas com pessoal, material, equipamentos, locomoção, passagens, diárias, alimentação, estadia, frete, cargas e quaisquer outros custos similares advindos dos serviços prestados.

10. – Das Sanções



10.1 – Nos termos do artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada, sem justificativa aceita, poderá acarretar as seguintes sanções:

- A) – Dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho;
- B) – Dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- C) – Dar causa à inexecução total do contrato/empenho;
- D) – Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- E) – Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- F) – Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
- G) - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas acima, as seguintes penalidades, nos limites previstos no artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021:

- A) – O valor da multa, aplicada será descontado imediatamente no pagamento subsequente, sendo ainda aplicado juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ou 0,0333% por dia de atraso;
- B) – As sanções previstas nestes instrumentos poderão ser aplicadas cumulativamente, exceto multas escalonadas por datas, e multa por advertência;
- C) – No caso de multa, cuja apuração ainda esteja em processamento, ou seja, na fase de defesa prévia, o Contratante poderá fazer a retenção do valor correspondente à multa, até a decisão final da defesa prévia. Caso a defesa prévia seja aceita, integral ou parcialmente, o valor retido correspondente será depositado em favor da Contratada, em até 10 (dez) dias úteis a contar da data da decisão final da defesa apresentada.



Orientações sobre a retenção de imposto de renda

Em razão da publicação da IN RFB nº 2.145/2023, que alterou a IN RFB nº 1.234/2012, a Prefeitura Municipal de Indaiatuba, deverá realizar a retenção na fonte do valor correspondente ao Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza incidente sobre rendimentos pagos às pessoas jurídicas contratadas para fornecimento de bens e prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil, observadas as disposições da Lei nº 9.430/1996, do Decreto nº 9.580/2018 (Regulamento do Imposto de Renda) e da Portaria Conjunta CGE/CAF nº 01/2023.

Instrução Normativa Rfb Nº 1234,	De 11 De Janeiro De 2012
Instrução Normativa Rfb Nº 2145,	De 26 De Junho De 2023

Por decorrência, será de exclusiva responsabilidade da pessoa jurídica fornecedora do bem ou prestadora do serviço, destacar no documento fiscal a alíquota a ser descontada, observadas as regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012 e a coluna "IR (02)" do Anexo I da mesma Instrução ou, quando amparados por isenção, não incidência ou alíquota zero, destacar o enquadramento legal do benefício no respectivo documento fiscal, sob pena de a retenção do Imposto sobre a Renda (IR) ser efetuada sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou do serviço.

Indaiatuba, 29 de maio de 2026.

Custódio Tavares Dias Neto
Prefeito

Pedidos de esclarecimentos: Renata Muniz

Endereço Eletrônico: renata.costa@indaiatuba.sp.gov.br

Telefone: (19) 3835-9712



Prefeitura Municipal de Indaiatuba

Secretaria Municipal de Segurança Pública

TERMO DE REFERÊNCIA

REQUISIÇÃO: 414/2026

OBJETO: Aquisição de carroceria especial e kit para carroceria de combate a incêndio 100 metros mangueira, enrolamento elétrico, tecnologia aplica água ou água+supressante/retardante, com sistema elétrico eletrônico, pistola geradora de espuma para combate a incêndio compatível com a bomba.

OBJETIVO: Estabelecer as especificações técnicas, os requisitos e as condições necessárias para a aquisição de de carroceria especial e kit carroceria de combate a incêndio, equipada com 100 metros de mangueira, enrolamento elétrico e tecnologia aplica água ou, automaticamente, água mais supressante/retardante de chama, incluindo lge, utilizando dosador elétrico eletrônico, capaz de operar com aplicação de água ou mistura de água com supressante/retardante de chamas, dotada de sistema elétrico e eletrônico de controle e pistola geradora de espuma para combate a incêndio compatível com a bomba, destinada a potencializar as ações de prevenção, combate e resposta a incêndios, desastres e outras situações de emergência realizadas pelo Departamento de Defesa Civil.

CONDIÇÕES DE ENTREGA: A entrega deverá ser realizada conforme combinado com a contratada, depois do recebimento da Nota de Empenho .

LOCAL DE ENTREGA: DEFESA CIVIL: Av. Ário Barnabé, 924, Jd. Morada do Sol, Indaiatuba/SP.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICA DA CARROCERIA:

ITEM	PRODUTO	DESCRIPTIVO
1	CARROCERIA ESPECIAL PARA CAMINHONETE; CABINE TIPO CHASSIS.	CARROCERIA ESPECIAL PARA PICK-UP; CABINE CHASSIS, DE PORTE MÉDIO, COMPATÍVEL COM TIPO HILUX, S-10 ETC., DIMENSÕES: 2.320 MM X 1800 MM (COMPRIMENTO X LARGURA). DEVERÁ POSSUIR CARROCERIA COM CAT - CERTIFICADO DE ADEQUAÇÃO ÀS LEIS DE



Prefeitura Municipal de Indaiatuba
Secretaria Municipal de Segurança Pública

		<p>TRÂNSITO E RESPECTIVO CCT - CERTIFICADO DE CAPACIDADE TÉCNICA, ALÉM DE CADASTRAR DIRETAMENTE NO BANCO DE DADOS DO DETRAN (BIN) O TIPO DE CARROCERIA, PARA EMISSÃO DO "CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DO VEÍCULO".</p>
2	<p>KIT PARA CARROCERIA DE COMBATE A INCÊNDIO</p>	<p>TANQUE PARA ÁGUA, EQUIPAMENTO DE COMBATE A INCÊNDIOS, CINCO CAIXAS PARA EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DIVERSOS, PARTE ABERTA DA CARROCERIA, PARA USO DIVERSO, DE COMPRIMENTO APROXIMADO 1,90 M DE COMPRIMENTO POR 1,15 M DE LARGURA. O CONJUNTO DE PISO DA CARROCERIA, TANQUE DE ÁGUA E CAIXAS, EM UM SÓ BLOCO DE FIBRA DE VIDRO. TRAVESSA, SOB A CARROCERIA, EM AÇO CARBONO GALVANIZADO E COM PINTURA ELETROSTÁTICA PRETA. O TANQUE EM FORMATO EM U, PARA UM TOTAL LÍQUIDO DE 600 LITROS DE ÁGUA (VOLUME EXTERNO DE CERCA DE 650 LITROS), E FIBRA DE VIDRO, QUEBRA-ONDAS, TAMBÉM EM FIBRA DE VIDRO, DIVIDINDO AS PARTES MAIS COMPRIDAS DAS PARTES DOS TANQUES (DUAS LATERAIS E UMA FRONTAL, FORMANDO UM U), A CADA CERCA DE 0,60 METROS; POSSUI BOCAL DE 110 MM, COM TAMPA PLÁSTICA E PENEIRA PARA SEGURAR IMPUREZAS DURANTE O ABASTECIMENTO PELO BOCAL. VISOR DE NÍVEL; DRENO, TIPO VÁLVULA DE ESFERA; DIMENSÕES DO TANQUE U: PARTE 1 (ESQUERDA, COM 03 CAIXAS): 2.320 X 320/310 (INFERIOR/SUPERIOR) X 410 MM (COMPRIMENTO LARGURA E ALTURA). PARTE 2 (FRONTAL, ATRÁS DA CABINE): 1.500X320/310 (INFERIOR/SUPERIOR) X 410 MM (COMPRIMENTO LARGURA E ALTURA). PARTE 3 (DIREITA, LADO DO EQUIPAMENTO): 1.600 X 320/310 (INFERIOR/SUPERIOR) X 410 MM</p>



Prefeitura Municipal de Indaiatuba

Secretaria Municipal de Segurança Pública

		<p>(COMPRIMENTO LARGURA E ALTURA). CONTER EQUIPAMENTOS DE COMBATE A INCÊNDIOS: O EQUIPAMENTO DE COMBATE A INCÊNDIOS, VOLTADO, OU SEJA, COM ACESSO PELO LADO DIREITO DA CARROCERIA/PICK-UP; BOMBA DE MEMBRANAS AUTOESCORVANTE: VAZÃO MÁXIMA 40 LITROS POR MINUTO E PRESSÃO MÁXIMA DE 40 BAR; COMANDO REGULADOR DE PRESSÃO E DIRECIONADOR DA ÁGUA (CARRETEL/MANGUEIRA OU REABASTECEDOR/TANQUE); FILTRO ANTES DA BOMBA; ACOPLADOR FECHADO ENTRE BOMBA DE ÁGUA E MOTOR, PROPORCIONANDO REDUÇÃO DE ROTAÇÃO PARA A BOMBA. O MOTOR DEVERÁ SER A DIESEL, COM PARTIDA ELÉTRICA E MANUAL, POTÊNCIA DE 5 HP, COM HORIMETRO (CONTROLE DE HORAS OPERANDO, ESPECIALMENTE PARA MANUTENÇÃO).CARRETEL E COMPONENTES INTEGRADOS: MODELO EE, COM TUBO DE 40 CM; EM AÇO CARBONO GALVANIZADO E PINTURA ELETROSTÁTICA VERMELHA; EIXOS COM ROLAMENTOS; JUNTA ROTATIVA PARA ALTA PRESSÃO; ENROLAMENTO ELÉTRICO (12V); COM 100 METROS DE MANGUEIRA DE BORRACHA COM UMA TRAMA DE AÇO (TIPO R1), DE 1^ª POLEGADA DE DIÂMETRO INTERNO (12,7 MM).ESGUICHO TIPO TURBINE, QUE APLICA ÁGUA, EM JATO SÓLIDO E PULVERIZADO, COM GATILHO PARA ABRIR E FECHAR E 3 MEDIDAS E GIGLÊ (QUE JUNTO COM A REGULAGEM DA PRESSÃO, PROPORCIONAM DEFERENTES VAZÕES DE ÁGUA, OU ÁGUA MAIS SUPRESSANTE).ENGATES RÁPIDOS DE LATÃO COM VEDAÇÃO (CONEXÃO BOMBA X CARRETEL, CARRETEL X MANGUEIRA E MANGUEIRA X PISTOLA). DEVERÁ POSSUIR AS OPÇÕES DE</p>
--	--	---



Prefeitura Municipal de Indaiatuba

Secretaria Municipal de Segurança Pública

		<p>REABASTECIMENTO SEGUINTE: BOCAL NO TANQUE, DE 100 OU 200 MM (A ESCOLHER): SEMPRE EXISTENTE; AUTOABASTECIMENTO UTILIZANDO A AUTO ESCORDA DA BOMBA DE ÁGUA OU AUTOABASTECIMENTO UTILIZANDO UM HIDROJETOR. POSSUIR TECNOLOGIA: APLICA ÁGUA OU, AUTOMATICAMENTE, ÁGUA MAIS SUPRESSANTE/RETARDANTE DE CHAMA, INCLUINDO LGE, UTILIZANDO DOSADOR ELÉTRICO ELETRÔNICO. ACESSÓRIOS: CINCO CAIXAS PARA MATERIAIS, FERRAMENTAS E OU EQUIPAMENTOS DIVERSOS: 03 CAIXAS SOBRE A PARTE DO TANQUE NA LATERAL ESQUERDA DA CARROCERIA; 02 CAIXAS SOBRE A PARTE DO TANQUE NA LATERAL DIREITA DA CARROCERIA. CABO ELÉTRICO, COM FUSÍVEL, PARA CONECTAR BATERIA DO VEÍCULO COM EQUIPAMENTO: PARTIDA ELÉTRICA DO MOTOR; ENROLAMENTO DO CARRETEL; ILUMINAÇÃO DE LED; BOMBA DOSADORA.</p>
--	--	---

DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS PARA O FORNECIMENTO DA CARROCERIA :

1. A carroceria e o kit para a mesma de combate incêndio deverão ser entregues e instalados conforme especificações técnicas mencionadas neste Termo de Referência,
2. A contratada deverá entregar o objeto instalado, quando da solicitação da Contratante, no endereço especificado, conforme informado em cada nota de empenho da Secretaria requisitante.
3. Ambos os objetos deverão ser executados pela mesma empresa contratada, visando assegurar a padronização, compatibilidade e eficiência na execução dos serviços.
4. A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação do objeto que será entregue.



Prefeitura Municipal de Indaiatuba

Secretaria Municipal de Segurança Pública

5. A contratada deverá fornecer diretamente o objeto solicitado, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza.
6. Comprovação de experiência anterior no fornecimento e/ou instalação de carrocerias especiais e kit para carroceria de combate a incêndio destinados a veículos de combate a incêndio, resgate, apoio operacional ou similares, mediante apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.
7. Garantir assistência técnica e manutenção durante o período de garantia do equipamento.
8. O objeto que for instalado em desacordo com as especificações técnicas ou com algum defeito de fabricação, serão devolvidos, impreterivelmente.
9. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do produto..
10. O prazo para o pagamento será em até 10 (dez) dias, contados a partir da liquidação realizada pela Secretaria ordenadora da despesa e exclusivamente mediante depósito/transferência em conta bancária do fornecedor e boleto bancário com código de barras.

FISCAL DA REQUISIÇÃO: CLAUDIA REGINA QUITZAU PAZ BRONDANI

GESTOR: PAULO CEZAR FEIJÃO



AUTORIZAÇÃO DE COMPRA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14.887/2026

Objeto: Aquisição de carroceria especial e kit de combate a incêndio para veículo utilizado pela Defesa Civil

Considerando os documentos constantes nos autos, e a demonstração de reserva orçamentária (Dispensa do parecer jurídico PGM nº 2 de 06/06/2025), **AUTORIZO** a execução do objeto do Processo Administrativo nº **14.887/2026**, de Dispensa de Licitação, nos termos do Artigo 75, inciso II, da lei 14.133/2021, devendo ser observado os demais trâmites legais.

Indaiatuba, 29 de maio de 2026

Custódio Tavares Dias Neto
Prefeito